

ETB - Empresa de  
Transmissão  
Baiana S.A.

(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Diretores da  
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



### **Mensuração do ativo de contrato relacionado a construção da infraestrutura de transmissão (Consulte as notas explicativas 2.5, 3.6, 3.8 e 6 às demonstrações contábeis)**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em suas demonstrações contábeis, na rubrica “Contas a receber Ativo Contratual” o montante de R\$ 64.191 mil, enquadrado no escopo do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira.

A mensuração do ativo de contrato envolve julgamentos e premissas significativas, tais como: (i) as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada; e (ii) a taxa de desconto aplicada, que representa o componente de financiamento embutido no fluxo de recebimento futuro. Devido a relevância dos valores envolvidos, os julgamentos e as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato e impacto significativo nas demonstrações contábeis, consideramos a mensuração do ativo de contrato como um assunto significativo para nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento sobre os controles internos chave relacionado a valorização do ativo contratual (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance, além de outros aspectos relacionados ao preço do contrato; (iii) avaliação com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, dos julgamentos e premissas relevantes utilizadas, tais como: margem de construção e margem de operação e manutenção; (iv) avaliação da taxa de desconto utilizada; (v) avaliação das projeções de receitas esperadas; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

## ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
		<b>707.561</b>	<b>1.933</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	695.129	221
Despesas pagas Antecipadamente	7	-	1.712
Partes relacionadas	11	12.000	-
Impostos a recuperar		63	-
Outros ativos		369	-
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
		<b>64.191</b>	<b>12.680</b>
Contas a receber ativo financeiro	6	-	8.399
Contas a receber ativo contratual	6	64.191	-
Despesas pagas antecipadamente	7	-	4.281
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>771.752</b>	<b>14.613</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
		<b>2.267</b>	<b>1.104</b>
Debêntures	8	295	-
Fornecedores		863	5
Salários, férias e encargos sociais		784	2
Tributos e contribuições sociais a recolher		325	41
Mútuo a pagar - partes relacionadas	11	-	1.056
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
<b><u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u></b>			
		<b>699.361</b>	<b>-</b>
Debêntures	8	690.845	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.322	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	6.194	-
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
		<b>70.124</b>	<b>13.509</b>
Capital social	12	65.164	12.715
Reservas de lucros		4.960	794
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>771.752</b>	<b>14.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>13</b>	<b>42.430</b>	<b>6.791</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
Custo de infraestrutura		(43.058)	(6.055)
		<u>(43.058)</u>	<u>(6.055)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>(628)</b>	<b>736</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Administrativas e gerais		(51)	-
		<u>(51)</u>	<u>-</u>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(679)</b>	<b>736</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(679)</b>	<b>736</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(389)	-
		<u>(389)</u>	<u>-</u>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.068)</b>	<b>736</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.**

### **Demonstração do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.068)</b>	<b>736</b>
Outros Resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>(1.068)</u></b>	<b><u>736</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>100</b>	<b>3</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>158</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	736	736
Aumento de Capital		12.615	-	-	-	12.615
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	12.2	-	37	-	(37)	-
Reservas de lucros	12.2	-	-	699	(699)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>12.715</b>	<b>40</b>	<b>754</b>	<b>-</b>	<b>13.509</b>
Ajuste da adoção inicial do CPC 47, líquido de imposto		-	-	5.234	-	5.234
<b>Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2018</b>		<b>12.715</b>	<b>40</b>	<b>5.988</b>	<b>-</b>	<b>18.743</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(1.068)	(1.068)
Aumento de Capital		52.449	-	-	-	52.449
Destinação do lucro líquido:						
Absorção de prejuízos acumulados	12.2	-	-	(1.068)	1.068	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>65.164</b>	<b>40</b>	<b>4.920</b>	<b>-</b>	<b>70.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(679)	736
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias e cambiais, líquidas)	408	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	4.532	-
	<b>4.261</b>	<b>736</b>
<b>(Aumento) no ativo</b>		
Contas a receber ativo financeiro	-	(5.353)
Contas a receber ativo contratual	(46.963)	-
Despesas pagas antecipadamente	-	1.712
Outros ativos	5.561	-
	<b>(41.402)</b>	<b>(3.641)</b>
<b>Aumento no passivo</b>		
Fornecedores	858	(18)
Salários, férias e encargos sociais	782	(92)
Tributos e contribuições sociais a recolher	291	(93)
Outros passivos	(1.063)	-
	<b>868</b>	<b>(203)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(36.273)</b>	<b>(3.108)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	40.449	2.277
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	690.732	1.052
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>731.181</b>	<b>3.329</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>694.908</b>	<b>221</b>
<b>Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	221	-
Saldo no final do exercício	695.129	221
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>694.908</b>	<b>221</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

### 1 Informações gerais

A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. (“Companhia” ou “ETB”), com sede na Rua Amauri, nº 286, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000, foi constituída em 24 de maio de 2016 com o propósito específico de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, montagem, operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, localizada na região da Bahia referentes ao Lote E do Leilão 013/2015 - ANEEL, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 21 de junho de 2016 foi aprovada, por unanimidade, a transformação de tipo societário sociedade limitada para sociedade por ações, independentemente de dissolução e liquidação, passando a Companhia a ser regida pelas disposições da lei das S.A., e de demais dispositivos aplicáveis.

A Companhia é diretamente controlada pela Apollo 12 Participações S.A.

#### Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 11/2016 - ANEEL, de 29 de setembro de 2016, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no estado de Bahia, compostas pela linha de transmissão Juazeiro III - Orolândia II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 186 km, com origem na Subestação Juazeiro III à Subestação Orolândia II; e pela linha de Transmissão Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 260 km, com origem na Subestação Bom Jesus da Lapa II e término na Subestação Gentio do Ouro II. O prazo de implementação é de 36 meses, contados a partir de setembro de 2016, data de assinatura do Contrato de Concessão, devendo o empreendimento entrar em operação comercial até 27 de junho de 2020.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme descrito no contrato de concessão, é de R\$ 121.600, salvo o montante necessário à cobertura das despesas de PIS/COFINS.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2019.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, são: contabilização do contrato de concessão e momento do reconhecimento do ativo contratual; veja nota explicativa nº 3.6. As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício, são: critério de remuneração do ativo contratual e determinação da receita de infra-estrutura e operação & manutenção; veja nota explicativa nº 3.6 e 3.8.

### **2.5 Mudança nas principais políticas contábeis**

A Companhia adotou o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

### CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.8, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber de implementação da infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 8.399, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 17.229. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ 8.830 menos os impostos diferidos relacionados no montante de R\$ 3.595, totalizando o valor de R\$ 5.235 foi contabilizado diretamente em lucros acumulados.

### CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

#### • Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações contábeis decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **Classificação e mensuração subsequente**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

##### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração.

##### ***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Desreconhecimento**

***Ativo Financeiro***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.



### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.2 Redução ao valor recuperável**

### **Ativos financeiros não-derivativos**

#### ***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

## **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

## **3.4 Tributação**

### **3.4.3 Imposto sobre a receita**

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### **3.4.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes**

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

### **3.4.5 Imposto de renda e contribuição social - diferidos**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

## **3.5 Taxas regulamentares**

### **3.5.1 Reserva Global de Reversão**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP.

### **3.5.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

### **3.5.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

## **3.6 Ativo de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é de 9,82% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

### **3.7 Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### **3.8 Receita**

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas conforme a seguir:

#### **3.8.1 Receita de infraestrutura**

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

### **3.8.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e é reconhecida a partir da entrada em operação.

### **3.8.3 Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

### **3.8.4 Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)**

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste - PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

## **3.9 Despesas e receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

## **4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

### **CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

#### **ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda**

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

## **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
<b><u>Caixa e equivalente de caixa:</u></b>		
Numerário disponível	1	220
Certificados de depósitos bancários	695.128	1
	<u>695.129</u>	<u>221</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 75,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018. Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

## **6 Contas a receber ativo financeiro e contratual**

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação de contas a receber ativo financeiro e ativo contratual	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Ativo financeiro</b>	<b>1.608</b>
Remuneração do ativo de concessão (nota 13)	736
Receita de infraestrutura (nota 13)	6.055
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 - Ativo financeiro</b>	<b>8.399</b>
Adoção ao CPC 47	8.830
Receita de infraestrutura (nota 13)	46.962
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Ativo contratual</b>	<b>64.191</b>
Contas a receber ativo contratual - circulante	64.191
	<b>64.191</b>

## 7 Despesas pagas antecipadamente

Modalidade	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Seguro Garantia	23/06/16 a 24/03/21	72.049	8.562

Seguro garantia para construção, fornecimento ou prestação de serviços, tendo a ANEEL como segurada, cujo objeto é garantir indenizações, até o valor da importância segurada na apólice pelos prejuízos advindos da não performance das obrigações assumidas no contrato de concessão, oriundo do edital do leilão nº 13/2015 - ANEEL - Processo nº 48500.003580/2015-77 - Lote E

## 8 Debêntures

### a. O Saldo de debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não Circulante				
			Encargos	31/12/2018	31/12/2017	Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2018	31/12/2017
2ª Emissão	15/02/2029	IPCA +5,34%	295	295	-	113	715.000	(24.268)	690.845	-
			<b>295</b>	<b>295</b>	<b>-</b>	<b>113</b>	<b>715.000</b>	<b>(24.268)</b>	<b>690.845</b>	<b>-</b>

2ª Emissão de 715.000 debêntures, totalizando R\$ 715.000.000,00, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. Data de emissão 15/12/2018 com data de vencimento em 15/02/2029 - Prazo de 10 anos e 2 meses contados com a data de emissão. Sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. A 1ª amortização do principal acontece em 15/02/2024 e a última na data de vencimento. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2018, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas as debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
2ª Emissão	-	-	-	-	57.209	657.904	715.113
Debêntures - custo de captação	(2.427)	(2.427)	(2.427)	(2.427)	(2.427)	(12.133)	(24.268)
	<u>(2.427)</u>	<u>(2.427)</u>	<u>(2.427)</u>	<u>(2.427)</u>	<u>54.782</u>	<u>645.771</u>	<u>690.845</u>

**c. As movimentações de debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:**

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Custo a amortizar	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2017				31/12/2018
2ª Emissão	-	715.000	408	(24.268)	691.140
	<u>-</u>	<u>715.000</u>	<u>408</u>	<u>(24.268)</u>	<u>691.140</u>

## 9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil).

**a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:**

	Lucro Real				2018
	2017	Adições	Adoção CPC 47	Adoção CPC 47	
Imposto de renda diferido	-	1.224	1.288	(850)	1.662
Contribuição social diferida	-	441	645	(426)	660
	<u>30.379</u>	<u>6.215</u>	<u>1.933</u>	<u>(1.276)</u>	<u>2.322</u>

## 10 Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Pis Diferido	1.059	-
Cofins Diferido	4.878	-
Taxa de fiscalização ANEEL	257	-
	<u>6.194</u>	<u>-</u>

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.



## 11 Partes relacionadas

### 11.1 Mútuo

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada as seguintes transações:

Natureza da Operação	Taxas	Parte Relacionada	Data de início	Data de vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Mútuo a pagar	CDI Pró-Rata	Apollo 12 Participações S.A.	01/11/2017	01/01/2018	-	1.056
					-	1.056

O contrato de mútuo celebrado entre com a Apollo 12 Participações S.A. celebrado em 2017 foi quitado pela Companhia no primeiro trimestre de 2018.

### 11.2 Remuneração da alta Administração

A remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi de R\$ 303 e R\$ 227, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

### 11.3 Notas de Crédito a Receber

A companhia possui um valor de R\$ 12.000 em 2018 referente saldo remanescente de nota de crédito emitida pela Alupar, com a finalidade de aumento de capital.

## 12 Patrimônio líquido

### 12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia é no valor total de R\$ 65.164 representado por 222.958 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
Alupar Investimento S.A.	111.479	50%	-	-
Apollo 12 Participações S.A.	111.479	50%	126.279	100,00
<b>Total das ações</b>	<b>222.958</b>	<b>100%</b>	<b>126.279</b>	<b>100,00</b>

### 12.2 Reserva legal e destinação do resultado

Destinação do resultado	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(1.068)</b>	<b>736</b>
Constituição de reserva legal (5%)	-	(37)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.068)</b>	<b>699</b>
Absorção do prejuízo do exercício	1.068	-
Reserva de lucros	-	(699)
<b>Saldo de lucros/(prejuízos) acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A Companhia não declarou o dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 por não ter iniciado sua operação comercial.

## 13 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional bruta</b>	46.962	6.791
Remuneração do ativo de concessão (nota 6)	-	736
Receita de infra-estrutura (nota 6)	46.962	6.055
<b>Deduções da receita operacional</b>	(4.532)	-
Programa de Integração Social - PIS	(775)	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.569)	-
Taxa de fiscalização	(188)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>42.430</b>	<b>6.791</b>

## 14 Instrumentos financeiros e gestão de risco

### 14.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### 14.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como ativos financeiros pelo custo amortizado (parte recuperada por meio da RAP) e valor justo por meio do resultado (parte recuperada pela indenização no final da concessão), e fornecedores e debêntures como passivos financeiros pelo custo amortizado.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

### 14.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

**Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

**Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia classificou como Nível II os saldos de equivalentes de caixa e como Nível III o contas a receber ativo contratual.

#### **14.4 Gestão de Risco**

- **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Como Companhia está em fase de construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.
- **Risco de contencioso** - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

#### **14.5 Análise de Sensibilidade**

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de Caixa são remunerados pelo CDI, e Debêntures que é atualizado pelo IPCA) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

### **15 Compromissos**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 94.711

## **16 Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições. Em 31 dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui qualquer passivo atuarial decorrente dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.

\*\*\*\*\*

---

Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro  
Diretor Presidente

---

Alexandre Yochihito Sabanai  
Diretor Vice-Presidente

---

Willian Yoshituki Takahagi  
Contador - CRC 1 SP 263.345